Consciesi
REVISTA CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAPIRA

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

CRÍTICA À UNILATERALIDADE DA NARRATIVA HISTÓRICA ITAPIRENSE: A POLÊMICA SOBRE OS "PATRIARCAS FUNDADORES".

Criticism of the unilaterality of the Itapirense historical narrative: the controversy about the "founding patriarchs".

Ediano Dionisio do Prado[1]

Resumo: O presente texto tem por objetivo efetuar uma análise crítica da crônica histórica itapirense, especificamente sobre a questão da fundação e dos fundadores. A escrita histórica dominante, veiculada nos meios de comunicação e transmitida pelas efemérides e lições escolares, foi empreendida pela perspectiva das elites econômicas e sociais, lançando névoas sobre sujeitos e fatos. Esse discurso seleciona e escamoteia dados com a intenção de cristalizar, ideologicamente, uma imagem idílica e harmoniosa dos processos sociais locais. Com base em leituras sociológicas e na revisão das obras dos mais renomados cronistas e memorialistas itapirenses, esboçamos um contraponto à versão oficializada, resgatando os sujeitos sociais expropriados, explorados e excluídos nos primórdios de formação do município. No contradiscurso desfilam, numa oposição dialética a "comendadores" e "coronéis", caipiras de pés descalços, subalternos de toda ordem, silenciados nas tribunas da narrativa hegemônica.

Palavras-chave: Conflitos. Contradiscurso. História oficial. Manipulação ideológica. Subalternos.

Abstract: The present text aims to make a critical analysis of the Itapirense historical chronicle, specifically on the question of the foundation and the founders. The dominant historical writing, conveyed in the media and transmitted by ephemerides and school lessons, was undertaken by the perspective of economic and social elites, casting mists on subjects and facts. This discourse selects and conceals data with the intention of ideologically crystallizing an idyllic and harmonious image of local social processes. Based on sociological readings and the review of the works of the most renowned chroniclers and memorialists from Itapirenses, we draw a counterpoint to the official version, rescuing the social subjects expropriated, exploited and excluded in the early days of formation of the municipality. In the counter discourse, in a dialectical opposition to "comendadores" and "colonels", barefoot rednecks, subordinates of all kinds, silenced in the tribunes of the hegemonic narrative.

Keywords: Conflicts. Counter discourse. Official history. Ideological manipulation. Subalterns.

[1] Professor Mestre em Sociologia no Campus Inconfidentes, do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da UNICAMP. ediano.prado@ifsuldeminas.edu.br. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais \ Inconfidentes. Praça Tiradentes, 416 – Centro, Inconfidentes, Minas Gerais.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

Introdução

Ferro (1989) argumenta que a análise e escrita sobre os fatos e acontecimentos de épocas passadas ganham colorações diversas decorrentes das inúmeras perspectivas assumidas e posições ocupadas por aqueles que empreendem seus discursos. Os atos de analisar e escrever a história são mediadores dos antagonismos de classe, de raça, de crença, de ideologia e de gênero.

Segundo a leitura de Brandão (1982), na história consagrada que existe nos livros de história dos colégios, o povo são povos: índios, negros e caipiras. Não são nomes próprios, a não ser por acidente. A história contada pelo cronista do senhor, para o senhor, tem nomes e datas. Tem glórias imensas: uma para cada nome, uma para cada data.

Em Itapira, o relato histórico oficializado mostra-se empreendido através da perspectiva das elites econômicas e sociais, com fumos de fidalguia e pretensões de eugenia. Por sua natureza e caráter, essa escrita unilateral constitui imprescindível elemento construtor de estereótipos que legitimam todas as espécies de violências. Esse discurso não se mostra uma reconstrução fidedigna e documentada de informações; seleciona fatos e dados com a intenção de cristalizar, ideologicamente, uma diferenciação entre os “fundadores”, os “comendadores”, os “vultos do meio social” – tidos como os grandes protagonistas - e os oprimidos, os excluídos e marginalizados das tribunas da vida – considerados como carentes da capacidade de participar na construção da história. Aos “grandes da terra”, os cronistas e escrevinhadores destinam adjetivos grandiloqüentes. Aos subalternos, é atribuída a imagem da ausência: ausência de disciplina, de moral, de disposição para o trabalho, da magnificência protocolar dos heróis.

Na ótica oficializada, os momentos primevos foram pouco devassados e inseridos em discórdias infrutíferas que desencaminharam a atenção dos aspectos capitais: a organização social e cultural dos ancestrais, os caipiras descalços, os pioneiros. Desse modo, recuperamos, neste material, três aspectos fulcrais para um contradiscurso crítico: 1) a questão da fundação da localidade; 2) a polêmica sobre as datas de fundação e; 3) os “fundadores”[2].

[2] Os eventos abordados abrangem a cronologia das primeiras décadas do século XIX, até a chegada, em 1840, do futuro Comendador João Batista de Araújo Cintra. Ocorrência retratada na lógica do mito do

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

A versão hegemônica, repetida e reproduzida pelos meios de comunicação locais, ensaiada e encenada nas efemérides, ensinada às crianças nas escolas municipais, é a perspectiva elitista[3], a narrativa que oculta fatos para justificar privilégios. Narrativa que personifica a história como evento de grandes feitos, esvaziando-a de sua dialética. Enveredamos por fatos e dados na tentativa de resgatar os sujeitos sociais negligenciados e ocultados das tribunas do poder[4], dissipando sombras e rompendo silêncios numa contra-história.

Metodologia

A seleção da bibliografia utilizada na edificação do corrente texto baseou-se na pertinência das obras para uma leitura crítica da história de Itapira. Foram pesquisadas obras de sociologia, história e artigos jornalísticos. O presente artigo delineia aspectos relevantes no campo educacional, conformando leitura enriquecedora na medida em que pontua as disputas na escrita da história.

Da fundação de Itapira e os caipiras de pé-no-chão

O relato histórico em sua linha triunfalista, textualizado por Caldeira (1935), Mandato (1959; 1976; 1995; 1996; 1999; 2000; 2001a; 2001b; 2015), Coppos (1971; 1999) e Freitas (1998a; 1998b; 2005), apresenta um intervalo na vida dos primórdios de Itapira. Estabelece um lapso entre o espírito desbravador dos bandeirantes e a chegada do primeiro fazendeiro-coronel do café, em 1840: o escravocrata João

bandeirante audaz que desbrava e civiliza, com fortes desdobramentos no discurso oficialista. Este fato e suas reverberações serão discutidos em próxima oportunidade.

[3] As elites locais são, na perspectiva marxista, as camadas possidentes. Elas mantêm uma relação de apropriação com os meios de produção (capital, terra, fábrica). Em decorrência de seu poderio econômico, as elites mobilizam o aparato político e conquistam a aquiescência das camadas letradas na defesa de seus interesses e difusão de seu ideário.

[4] O relato oficial, ou a apreensão elitista do passado e do presente de Itapira, encontra na obra do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (1985) seu mais contundente contraponto. Autor de “Os deuses do povo – um estudo das religiões populares de Itapira”, tal intelectual, desenvolve com maestria os conflitos de classe inscritos no plano da religião. Através de minuciosa e sistemática pesquisa e de uma análise multidisciplinar (histórica, antropológica, sociológica) descortina, sistematicamente, a luta entre o “erudito” e o “popular” na religião, na política, na cultura.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

Batista de Araújo Cintra. Tais cronistas afirmam que nesse período nenhum fato digno de nota teria perturbado a miserável existência dos caipiras que moravam em choupanas, criavam porcos e se entregavam à faina agrícola, produzindo para seu próprio sustento.

A escrita oficial não confere importância a essa coletividade aqui existente antes de 1840, desdenhando-a e atribuindo-lhe uma visão depreciativa. Não obstante o conveniente esquecimento e a notória deturpação efetuados pelos cronistas agraciados pelos senhores de terras, por toda a região da Mogiana, posseiros "caipiras"[5] viveram e trabalharam durante 120 anos pelo menos, até quando o seu território foi violentamente invadido pela grande fazenda.

Através de uma perspectiva dialética da história, Brandão (1985) assevera que, na verdade, nossa história foi empreendida mais pelo trabalho destes "caipiras de pé-no-chão", do que pelo dos descendentes dos "nobres" bandeirantes. Assim, cabe-nos a indagação: como era a peculiar organização social do agrupamento caipira do bairro dos Macucos, possivelmente o núcleo original da cidade?

A região da atual Mogiana se constitui como um dos extremos do primeiro Oeste Paulista de expansão do café em direção a Minas Gerais. Ficava quase além da margem direita do "roteiro do Anhangüera", ao longo de onde houve sesmarias e povoados desde os primeiros anos do século XVII. As derrotas seguidas por Anhangüera em 1722 e 1726 passam a atrair as atenções, tanto das autoridades quanto de particulares, estabelecendo-se, na região, vários centros de irradiação ou

[5] Em sua análise, Ribeiro (1995, p. 383) pontua que com o esgotamento do impulso criador dos bandeirantes que se fizeram mineiros, toda a economia da vasta população do Centro-Sul entra em estagnação. "Mergulha numa cultura de pobreza, reencarnando formas de vida arcaica dos velhos paulistas que se mantinham em latência, prontas a ressurgir com uma crise do sistema produtivo". A população se dispersa e se sedentariza, na condição de posseiros pobres, esforçando-se por atingir níveis mínimos de satisfação de suas necessidades.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

frentes de povoamento: Mogi Guaçu e Mogi Mirim, Casa Branca, etc. No que diz respeito ao atual município de Mogi Mirim, há notícias de doações de terras desde pelo menos o ano de 1688, com referências mais precisas a partir do ano de 1707. A existência de moradores no território da atual Itapira data de tempos remotíssimos, com as primeiras notícias de concessão de sesmarias situando-se no início do século XVIII. Porém, muitas dessas sesmarias locais foram totalmente abandonadas pelos favorecidos da Coroa, de modo que estiveram efetivamente ocupadas por grupos de caboclos, mestiços que se embrenhavam na mata, enriquecendo-se com o sangue indígena e constituindo uma comunidade caipira nas terras locais.

No parecer de Prado (2001), a futura Penha do Rio do Peixe não formou de início lavouras de cana, produtoras de açúcar e aguardente em dimensão de grande mercado. Ao contrário, refletindo o quadro generalizado da economia na capitania (território marginalizado, privado de vias de comunicação e com uma escassa população economicamente ativa) inexistiram no Bairro dos Macucos[6] plantações agrícolas competitivas. Bairro que pertencia ao território de Mogi - Mirim[7], o bairro dos Macucos congregava, como a grande maioria das vilas do interior do país,moradias precárias: as casas eram de um andar, o chão não era pavimentado nem assoalhado, e os compartimentos eram formados de vigas trançadas, emplastadas de barro e nunca regularmente construídas.

Brandão (1983; 1985) e Cândido (1979) indicam que o bairro abrangia uma

[6] Bairro onde a cidade nasceu: “entre casas de fazendeiros, sitiantes e outras gentes de poucas posses e ambições, até quando os primeiros donos do café subiram o Morro da Penha para construírem ‘em cima’ uma igreja, uma cadeia e as primeiras casas de taipa” (BRANDÃO, 1985, p. 14). O bairro é caracterizado por dois critérios: 1) base territoriais; 2) sentimento de localidade.

[7] Mogi Mirim foi, na apuração de Cândido (1979), um tipo de povoamento concentrado, que estabelece os pontos de apoio da civilização. Um centro de dominância em regiões mais amplas e de povoamento mais ou menos disperso. Foi o espaço do comércio, a que acorriam os moradores da cercania quando precisavam de sal, religião ou justiça. Nele se formou uma estrutura administrativa.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

sociedade camponesa que, à distância da autoridade (colonial e imperi al) e dos poderosos, apresentou-se como uma ordem social relativamente autônoma, com estilos próprios de ideologia e de religião. Era mínima a diferenciação das condições materiais de vida, não pesando desigualdades de fortuna, de formação educacional formal e de categoria social de seus habitantes: rusticidade e pouco critério caracterizavam estes homens. Todos produziam como camponeses, através do trabalho direto da família ou através de modalidades de trabalho voluntário e coletivo Os costumes eram singelos, simples, não havendo quaisquer apegos a luxos. A comunidade dispunha de uma série de expedientes para inibir qualquer diferenciação de riqueza ou acumulação indevida.

Os caipiras dos Macucos, como os demais da colônia, constituíam, na tese de Carvalho Franco (1993), o contingente de homens livres da ordem escravocrata: não eram nem senhores de terras, nem escravos. Viviam à margem dos latifúndios monocultores, empurrados de um sertão a outro. Levavam uma vida errante, causada pelas pressões dos fazendeiros escravocratas, quando ocorria algum avanço nas exportações e a conseqüente necessidade de ampliar seus domínios. Os caipiras de pé-no-chão desempenharam um duplo papel ao futuro avanço da produção cafeeira: desenharam e mantiveram, com os seus próprios recursos, um espaço de defesa entre a grande propriedade e o sertão, assumindo a tar efa de empurrar os índios mata adentro. Por outro lado, criaram, com o trabalho de derrubada e queima de florestas e o preparo do solo, o espaço de produção das futuras grandes lavouras do café, do algodão e da cana. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para a sua existência e deles

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

não abdicava[8].

Introdutores de cana, junto com as lavouras do sertão – milho, feijão, mandioca, fumo, mamona, algodão e arroz – eles constituíram franjas camponesas de conquista territorial[9]. Até a chegada dos senhores de escravos, a franja rústica dos moradores e posseiros ocupava exclusivamente grandes porções do território do atual município. O sistema de posses era predominante. Não possuíam os títulos das terras que ocupavam, isto é, as cartas de doação pela Coroa, mas a posse por longo uso. Daí, o termo "situante" ou "posseiro" como aquele que está na posse ou situação de cultivo da terra (BRANDÃO, 1985)

O trabalho rotineiro da lavoura, realizado pela família ou através de categorias de cooperação coletiva (sobretudo, o mutirão), estava orientado segundo um conjunto de conhecimentos partilhados por toda a comunidade. As dimensões do tempo cíclico, do que vai e volta, do sol e da lua, do tempo das "águas" e do tempo da estiagem, do tempo de preparar o solo, semeá-lo, cultivá-lo e colhê-lo caracterizam o trabalho e a vida do caipira. A atividade agrícola do caipira e sua vida eram, portanto, regidas pelos ciclos intermináveis de plantar, tratar, colher e comer (BRANDÃO, 1983). Assim, o homem caipira estava estrita e diretamente vinculado ao meio. As atividades de coleta, de caça e da pesca, realizadas na mata, complementam as atividades de lavoura, enriquecem a dieta básica: milho, feijão e

[8] Pesquisadores do mundo rural brasileiro preferiram "ver causas econômicas e políticas que, com variações não muito grandes ao longo da história, geraram e reproduziram situações de expropriação e dependência que fizeram do lavrador camponês do estado o seu camponês caipira" (BRANDÃO, 1983, 34).

[99] O paulista se ajustou às técnicas do índio, que lhe permitiram estreitar os laços com a terra, favorecendo a mobilidade, penetrando nas formas de equilíbrio ecológico anteriormente desenvolvidas pelas tribos. O feijão, o milho e a mandioca, plantas indígenas, constituem, pois, o que se poderia chamar triângulo básico da alimentação caipira, alterado mais tarde com a substituição da última pelo arroz (CÂNDIDO, 1979).

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

mandioca. Havia uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social. Nas comunidades caipiras, a lida com a terra era a mediação dos valores sociais e culturais.

O bairro dos Macucos aparece como unidade fundamental da sociabilidade caipira. No bairro se efetivavam as relações entre pessoas tidas como iguais: relações de consangüinidade, de compadrio, de vizinhança, de cooperação (assistência mútua, contraprestação, mutirão). Todavia, a escassez de recurs os e o apreço a valores tais como honra e dignidade promoveram manifestações de violência, discórdias e confrontos entre irmãos, vizinhos e companheiros de trabalho e de festa.

A comunidade caipira dos Macucos configura a economia dos *mínimos vitais* e *mínimos sociais*. Na ponderação de Cândido (1979, p. 17):

> "A princípio, o meio representava para o grupo uma totalidade, cujos limites coincidiam com os limites da atividade e da mobilidade grupais. Havia entre as atividades do caipira uma correlação estreita, e todas elas representavam, no conjunto, síntese adaptativa da vida econômico-social. Assim é que o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram práticas separadas, e de significado diverso – mas complementares, significando cada uma per si, e todas no conjunto, os diferentes momentos dum mesmo processo de utilização do meio imediato. A roça, as águas, os matos e campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois pólos de uma só realidade".

No campo cultural, ocorreu **e**streita ligação das representações religiosas com a vida agrícola, a caça, a pesca e a coleta, e de ambas com a literatura oral. Uma religião eminentemente propiciatória, ligada a práticas de magia simpática, para obter êxito na colheita e na caça, para afastar ou curar. Magia, medicina simpática, invocação divina, exploração da fauna e da flora, conhecimentos agrícolas fundem-

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

se deste modo num sistema que abrange, na mesma continuidade, o campo, a mata, a semente, o ar, o bicho, a água e o próprio céu. "Dobrado sobre si mesmo pela economia de subsistência, encerrado no quadro dos agrupamentos vicinais, o homem aparece ele próprio como segmento de um vasto meio, ao mesmo tempo natural, social e sobrenatural" (CÂNDIDO, 1979, p. 175).

Dos caipiras dos Macucos e a questão das datas de fundação

No bairro dos Macucos existiu uma ampla rede de relações sociais internas, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança. Os moradores das posses, sítios e casebres convergiam, periodicamente, em ritmos variáveis, para Mogi Mirim - povoado mais denso, centro provedor de sal, administração, justiça e ministério religioso – conservando, mesmo quando tênues, os ligamentos com referenciais externos[10]. Os "situantes" se deslocavam para a Matriz de Mogi Mirim para freqüentar as missas ou ir a casamentos, batizados e enterros[11.] Mas era no bairro, na comunidade, que o caipira desenvolvia sua profunda religiosidade e efetivava a dimensão mágica da "cultura rústica". No bairro, praticava a pequena reza de terço, que reúne à volta de um oratório caseiro as pessoas da família, os parentes e vizinhos de residência próxima; as festas familiares de devoção coletiva, que obrigam à reunião de grupos maiores para o "cumprimento de um voto válido",

[10] Entre a casa e o quintal, pessoas de cultura camponesa tradicional viviam quase toda a sua vida pública. Não eram raras as famílias de caipiras cujas mulheres e filhos menores, viajavam do sítio ou do bairro (...) a um povoado ou a uma cidade uma só vez ao ano, por ocasião da festa da padroeira". (BRANDÃO: 1963, p.76).

[11] Em 1818, D'Alincourt tece as seguintes considerações a respeito de Mogi Mirim: "À sua maneira o arguto D'Alincourt sentiu bem as conseqüências sociais da economia fechada, ao notar que, em Mojimirim 'a cultura das terras cada vez vai em maior decadência, e o geral do povo, como não pode exportar, e não é animado pelo interesse, mola real do coração humano, tem-se entregado à indolência e preguiça; causas fatais à população'" (CÂNDIDO, 1979, p. 46). Para o viajante, os moradores de Mogi Mirim eram indolentes e preguiçosos.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

com comida, reza, canto e dança (BRANDÃO, 1983, p.77).

Forma popular e relativamente autônoma de crença e de prática de cultos católicos, a religião dos camponeses, como mediação ideológica da realidade social dos Macucos, como aponta Brandão (1982), não era um punhado de crendices e práticas mágicas e religiosas. Ao contrário, constituiu um sistema coerente e complexo – possivelmente mais complexo do que o do próprio catolicismo erudito – de crenças e práticas do sagrado. Por outro lado, não era uma criação religiosa exclusiva e isolada dentro de uma cultura camponesa, mas, ao contrário, uma releitura popular do conhecimento e da prática da religião dominante.

A certa altura, no início da década de 1820, os lavradores do lugar decidiram pela construção de uma capela, no morro ao lado e acima do Ribeirão d a Penha. Efetuaram, em trabalho comunitário, a derrubada do mato e a edificação do rústico oratório. Esse momento da história local tornou-se o pomo da discórdia entre os cronistas, memorialistas e genealogistas. Duas posições diferentes foram assumidas quanto à data precisa de fundação da atual Itapira. A visão oficial aponta o dia 24 de Outubro de 1820, como a data de início da construção da capela, portanto, a data de fundação. Já Mandato (1959; 1996; 1999) e o genealogista Charles de Freitas (1998; 2005) apresentam a data de 23 de Setembro de 1823 como sendo a data da emissão, pelo bispo de São Paulo, da autorização para a construção da capela. Segundo eles, os trabalhos foram iniciados em 24 de Outubro de 1823 e concluídos em 17 de Março de 1824, com a primeira missa sendo celebrada a 19 de Março de 1824: “data verdadeira da fundação de Itapira”.

Mandato expressa seu posicionamento nos seguintes termos:

“A data de 24 de Outubro de 1829 não tem grande significado. Nesse dia

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

> apenas teve início a derrubada do mato no lugar onde deveria ser erguida a capela. Ora, seguindo a tradição que vem de séculos, a verdadeira data de fundação de Itapira é o dia 19 de Março de 1821 e não 24 de Outubro de 1920, como vem sendo comemorada".(MANDATO, 1959)

> "Segundo a tradição oral, a derrubada do mato no lugar onde se ergueu a capela teve início de 'mão comum', no dia 24 de Outubro de 1820. Mas há engano quanto ao ano, sendo o correto 1823, tanto que em março de 1824 estava concluída a modesta obra, sendo a imagem levada da casa de Moraes para a igrejinha. Manoel Pereira da Silva, sendo amigo do padre Antônio de Araújo Ferraz, que morava em Mogi Mirim (SP), trouxe esse sacerdote até ao bairro dos Macucos, celebrando a primeira missa a 19 de Março de 1824, após o que, a partir desta data, o lugarejo passou a Oratório da Penha da Boa Vista de Mogi Mirim. Em Junho de 1835 o Oratório foi elevado a capela Curada".(MANDATO, 1999, p. 11).

A tese de Mandato é endossada por Freitas (2005):

> "Mandato defende a tese de que, na verdade, Itapira foi fundada em 19 de Março de 1824. Neste dia, a capela feita toda de taipa foi inaugurada com a celebração da primeira missa em solo itapirense, rezada pelo padre Antônio de Araújo Ferraz, que veio a cavalo de Mogi Mirim. 'E desta data há comprovações, existem registros e documentos. A exemplo do que aconteceu com as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, que têm os aniversários no dia da sagração do seu solo', completou Mandato" (FREITAS, 2005).

Em nossa perspectiva, tais querelas são estéreis e frutos de uma visão tradicionalista de história. Precisar a data de fundação mostra-se irrelevante e secundário frente ao reconhecimento de que a história local foi empreendida, em seus pilares, por uma comunidade, um grupo de situantes caipiras que não orientavam suas vidas pelo tempo cronológico linear (suas datas eram marcadas pelas festas, pelo nascimento, pela morte e não por dias precis os). Exigir que os rebentos escolares se atenham, por imposição de profissionais desinformados, à memorização de tais cronologias é um ato mutilador de seu senso histórico crítico. Em segundo lugar, a posição de Mandato (1959; 1996; 1999) e Charles de Freitas (1998; 2005), ao afirmar o dia de celebração da primeira missa como a data "verdadeira" de fundação, traz à tona a herança de uma concepção reinante na Igreja Católica ao longo de nossa história.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

A Igreja em sua cruzada de “catequização” dos “gentios” concebeu o chão tropical como solo pagão, impuro (onde os povos indígenas cultuavam os elementos da natureza e seus antepassados), portanto, a celebração das missas era um processo de “santificação” ou “sagração” da terra. Para a Igreja era necessário varrer as crenças pagãs e purificar com latinório a terra a ser pisada pelos colonizadores. Mandato e Charles de Freitas constroem seus argumentos sem atentar para o fato de que entre os moradores caipiras da localidade vigorar um complexo e coerente sistema de crenças e práticas do sagrado. O solo já era sagrado antes da realização da primeira missa, pois a terra era fonte de vida e sustento de toda a comunidade de posseiros. Os caipiras eram homens de pés descalços que sentiam, ao pisar os torrões da terra, o calor e a vida que dela emanavam. Eram homens de uma devoção simples que se alegravam com a extensão da força da terra, que lhe sentiam a pulsação e conheciam suas súplicas. Eram os homens que não desdenhavam a terra, pois a tinham como complemento de seu ser. Existe sacralidade maior?

Se considerarmos o discurso proferido pelo major João Manuel Pereira de Oliveira, no primeiro centenário de fundação, verificaremos a seguinte assertiva: “a história da fundação desta cidade está ligada intimamente a sua história religiosa”. Obviamente que seu intento era sublinhar a participação do Padre Antônio de Araújo Ferraz como um dos fundadores. Entretanto, esse ponto é salutar para expormos nossa tese: se a história da fundação da cidade é ligada à sua história religiosa, podemos afirmar que os pilares de Itapira foram concretizados muito antes da realização da primeira missa, pois a religião (entenda-se a religião dos camponeses locais) vicejava nesta localidade, com grande fervor e devoção. Não podemos pautar

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

ou definir a história da religiosidade local pela história da penetração da instituição Igreja neste solo. Como já foi assinalado anteriormente, o sistema de crenças e práticas do sagrado que mediava a vida da comunidade caipira do Bairro dos Macucos possuía relativa autonomia em relação aos ditames da Igreja institucionalizada. Desse modo é possível, contrariamente à argumentação de Mandato e Freitas, que a ereção da rústica capela tenha se efetivado antes de solicitação da licença para a respectiva edificação, corroborando as datas oficialmente comemoradas ou abrindo a possibilidade de outras datas. Todavia, prender-se à leitura tradicional que se limita a datas e nomes, personalizando e elitizando a história, tem sido o "conveniente" hábito dos cronistas.

Uma leitura fundamentada criticamente volta-se primordialmente para a elucidação de biografias pela compreensão dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do período a ser estudado. Os escritores da localidade são deficientes nessa leitura crítica e mais abrangente: não conseguem vincular a biografia individual, a sociedade e a história. Em decorrência dess a miopia analítica se prendem a debates contraproducentes. Transformar a questão da data precisa da fundação em um dos pontos cruciais da história aparece como subterfúgio para ocultar o essencial: os fundadores, os situantes caipiras de sangue mestiço, começaram sua obra muito antes de 1820, através do árduo trabalho com a terra.

Acertadas as contas com a visão elitista, cumpre-nos apontar que a doação do patrimônio competente com construção da capela e a realização da primeira missa por um capelão da Igreja Católica foi, na argüição de Brandão (1985), o primeiro ato de expropriação e espoliação da religião dos camponeses. Com a capela eles trouxeram para dentro de sua comunidade a ordem de uma agência

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* www.consciesi.com.br

religiosa ideológica e institucionalmente associada aos fazendeiros. A partir de então se travou em território local a batalha entre o padre e os agentes populares do sagrado, com o padre procurando deslegitimar e reprimir o catolicismo camponês. O catolicismo popular mostra-se diferente e, por vezes, antagônico ao catolicismo pregado pelo padre. O catolicismo popular é o catolicismo do benzedor, do rezador, das festas religiosas populares. É a religião da comunidade e não de uma instituição hierarquizada.

Dos "fundadores"

. Os laureados autores da escrita histórica hegemônica, em seu jargão grandiloqüente, ao focalizarem a cronologia e os nomes, procuraram transformar minudências e frivolidades em questões cruciais. Cabe-nos, neste momento, a empreita de descortinarmos o processo de atribuição de glórias imensas aos sujeitos considerados protagonistas da fundação da cidade.

Ao longo do século XX, foram desencontradas as informações e dados que possibilitaram aos cronistas e jornalistas verificar e protocolar os "pais fundadores de Itapira". Comumente ocorreu uma variação da importância atribuída a João Gonçalves de Moraes e Manoel Pereira da Silva. As posições dominantes de Mandato (1959; 1996; 1999) e seus discípulos, embasadas em discurso proferido pelo major João Manoel Pereira de Oliveira[12], referendam os seguintes títulos: João Gonçalves de Moraes como *fundador-doador* (tendo doado a imagem de Nossa Senhora da Penha e o patrimônio competente), Manoel Pereira da Silva como *fundador-edificador* (que teria sido o líder dos trabalhos de construção da capela) e o

[12] Na época de comemoração do centenário, João Manoel Pereira de Oliveira, então, vice-prefeito em exercício e vereador proferiu, solenemente, discurso em sessão na Câmara.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

padre Antônio de Araújo Ferraz como *fundador evangelizador*. Todavia, apontam uma diferença social entre dois dos personagens acima: João Gonçalves de Moraes teria sido um "lavrador ignorante que plantava feijão e milho e nunca possuiu escravos". Já, Manoel Pereira da Silva seria atilado, empreendedor, edificador, teria sido um "senhor de engenho", na visão de descendente do ramo familiar Pereira da Silva, seu primo, em 20º grau, Freitas (1998). Novamente, a leitura que fazemos contrasta com essa tentativa espúria em personalizar a história; em mostrá-la como fruto de indivíduos "iluminados", arrojados, "civilizadores". Nossa perspectiva refuta a tentativa de eleger, interessadamente, patriarcas fundadores. O primeiro argumento reside na inexistência de distinção social acentuada entre os "situantes" caipiras dos Macucos: todos compartilhavam o mesmo modo de vida e todos, coletivamente, foram pioneiros, fundadores; cabendo-nos reconhecer que, em seus primórdios, a história foi coletiva e anônima, sem destaque de nenhum indivíduo. Realmente ocorreram diferenças nas dimensões das "posses" e sítios, entretanto, este fato não se refletiu em diferenças sociais gritantes, pois todos dependiam do trabalho familiar e comunitário.

O Bairro dos Macucos não era fechado ou isolado das influências externas, todavia, é possível concebê-lo como um agrupamento relativamente marginalizado, com incursões esporádicas de seus moradores a centros de vida mais intensa, como Mogi Mirim. O bairro dos Macucos favorecia a convergência dos vizinhos em atividades comuns, portanto, socialmente desempenhadas. O arrojo e ousadia individuais eram socialmente aceitos se favorecessem o grupo, caso contrário, eram reprimidos. Daí, o termo conservadorismo ou tradicionalismo para entender os

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

agrupamentos caipiras, pois, só é permitido aquilo que não coloca em xeque a estabilidade da comunidade.

A chegada de adventícios era comum. A errância foi traço característico do modo de vida caipira. Não obstante o trânsito constante não inviabiliza uma relativa estabilidade do grupo, sendo que os forasteiros compartilhavam das mesmas valorações. Desta feita, a assertiva apresentada por Freitas (1998) de que Manoel Pereira da Silva e João Gonçalves de Moraes eram adventícios, estranhos às famílias da localidade, mostra-se plausível, porém, inconsistente. Inconsistente como expediente utilizado para depreciar o "forasteiro analfabeto" e enaltecer o arrojo, inteligência e liderança de Manoel Pereira da Silva. Crasso equívoco de genealogistas que rastreiam suas origens, mitificando seus ancestrais como suporte ideológico para privilégios presentes.

Alicerçados nessa compreensão sociológica, refutamos a diferenciação estabelecida entre João Gonçalves de Moraes e Manoel Pereira da Silva[13]. Não a recusamos como se tivesse inexistido, o que é irrelevante frente ao fato da comunidade prescrever as atitudes individuais. A recusamos como tentativa de diferenciar um inexistente "senhor de engenho" de um "caipira analfabeto"; como tentativa de envolver com grandiosidade o ascendente de certo ramo da elite local. Manoel Pereira da Silva, pertencendo ou não ao tronco de uma das "mais tradicionais famílias de Nazaré Paulista" (FREITAS, 1998b), não foi, muito provavelmente, em terras locais, um sujeito mais destacado que os outros moradores do Bairro dos Macucos: como todos os outros se entregou à produção de

[13] Em 1920, nas páginas do Jornal Cidade de Itapira, o jornalista Mário Pereira da Fonseca qualifica Manoel Pereira da Silva como "bandeirante audaz e empreendedor, que lançou os fundamentos primordiais da cidade".

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

subsistência. Provavelmente não foi, como deseja seu parente Charles de Freitas, um próspero "senhor de engenho". Não encontraríamos nele, como na totalidade dos moradores dos Macucos, a pureza de sangue associada a sucesso mercantil.

Os dados e análises históricas de Brandão (1982; 1983; 1985) e Prado Jr. (2000) demonstram que entre 1810 e 1840 não ocorreu no território, como advoga Freitas (1998b), o desenvolvimento de um período de senhores de engenho e criadores de gado, com preeminência de Manuel Pereira da Silva. O ponto aventado, pelo citado genealogista, como indicativo de um eventual progresso, a saber, o incremento de negócios imobiliários (com base em informações colhidas no Primeiro Tabelionato de Mogi Mirim) é, possivelmente, o registro judicial de títulos de concessão de posses e sesmarias, efetuado, tal registro, em decorrência de alterações no sistema de doação de terras pela Coroa portuguesa nos finais o século XVIII. Não negligenciamos a ocorrência de "negóc ios" imobiliários, mas contestamos a dimensão alardeada. Reconhecemos algum incremento na vida social, porém, mínimo. Neste sentido, Caio Prado Jr. (2000), analisando o período de início do século XIX (até 1840) argumenta que é só em fins do século XVIII que São Paulo começa a recuperar as forças exauridas em dois séculos de aventuras, e inaugura, na base mais estável da agricultura, um período de expansão e prosperidade. Encontramos assim esta região, no momento que nos interessa, início do século XIX, pobremente povoada e pouco ocupada. Nas terras da atual Itapira ocorreu a passagem da fase de situantes ou posseiros caipiras para a fase da fazenda escravocrata cafeeira, sem nenhum estágio esplendoroso de senhores de engenho.

A chegada de novos sujeitos, entre 1810 e 1840, não desestabilizou a coesão

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

comunitária dos caipiras. Os novos sujeitos não tinham condições materiais para se lançar ao cultivo da cana-de-açúcar para a comercialização em grandes dimensões, ao contrário, se entregaram, como todos os demais, a uma economia do excedente, comercializando esporadicamente as sobras de sua subsistência[14]. Geralmente, esses novos moradores eram situantes e posseiros expulsos de outras áreas da província pela truculência dos fazendeiros. A localidade não foi uma espécie de terra e de gente escondida entre morros, porém, não foi, também, palco de ricos engenhos e rebanhos. Manteve relações marginais com a economia mercantil, caracterizando-se, ao mesmo tempo, por ser uma frente pioneira de penetração da economia capitalista. Os escrevinhadores lançam um olhar deturpador ao passado, provavelmente na tentativa de justificar privilégios consolidados por suas famílias enriquecidas.

Em relação ao terceiro dos nomes listados tradicionalmente como fundadores de Itapira, o do padre Antônio de Araújo Ferraz, convém ressaltarmos que, no agrupamento caipira, o agente do sagrado era um membro da comunidade: predominantemente o benzedor e o rezador. Possuía um conhecimento que era compartilhado por todos, diferentemente do padre ou capelão da Igreja que raramente tomavam contato com as populações pobres, exceto nos momentos de prestação de serviços remunerados. O catolicismo e as crenças alimentadas pelos caipiras eram diferentes, senão divergentes, da doutrina pregada pela Igreja. Na lógica do bom senso histórico, o padre Ferraz, como emissário da Igreja,

[14] Ribeiro (1995) tece considerações na mesma linha de Prado Jr. (2000). Ele aponta que, passadas as décadas de maior recesso (1790 a 1840), surgem e se expandem novas formas de produção agroexportadora, dando início a um lento processo de reaglutinação das populações caipiras em bases econômicas mercantis. Tal se dá com o surgimento de novos cultivos comerciais de exportação, como o algodão e o tabaco e mais tarde o café, que reativariam as regiões caipiras.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

protagonizou o início, na localidade, da perseguiç ão aos agentes populares do sagrado. O padre e a Igreja espoliaram a riqueza simbólica dos caipiras.

Conclusões

O desenvolvimento acima fornece subsídios para concluirmos que os perpetradores dos primeiros pilares daquela que seria a futura cidade de Itapira foram os caipiras de pé-no-chão, os posseiros que na localidade viviam, trabalhavam e sonhavam antes da chegada da ordem capitalista das grandes fazendas produtoras de café. Os fundadores constituíam um só sujeito, uma comunidade coesa, regida por um complexo sistema de valores. Não existiram sujeitos brilhantes que sobrepujaram o comum do povo. Não existiram patriarcas iluminados. Uma verdade ocultada pelos cronistas da elite, interessados em apontar personalidades, em distinguir uns de outros para legitimar o atual quadro de diferenciação social e econômica. Os caipiras do bairro dos Macucos, mestiços de sangue, simples e pobres, foram os responsáveis por plantar em chão penhense os primeiros fundamentos da sociedade, cabendo-lhes coletivamente o título de fundadores. No entanto, foram relegados ao esquecimento na crônica hegemônica, pois foram sujeitos relativamente autônomos que não estiveram vergados aos gritos dos senhores fazendeiros, opondo-lhes resistência. Foram os trabalhadores da terra, roubados e espoliados em suas posses (materiais e culturais) com a chegada, a partir de 1840, dos fazendeiros escravocratas e seus emissários: o padre, os bacharéis e o escriba remunerado.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Deuses do Povo - Um estudo sobre a Religião Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
_____**Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
_____**Memórias do Sagrado – estudos de religião e ritual**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
CALDEIRA. **Álbum de Itapira**. Pouso Alegre: s\e., 1935.
CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades,
1979.
CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Editora Kairós, 1993.

ISSN: 2525-9091 *versão eletrônica* *www.consciesi.com.br*

COPPOS, Odete. **Congadas (Folclore)**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.
_____**O Livro do Negro de Itapira**. Itapira: Minas Editora, 1999.
FERRO, Marc. **A História Vigiada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
FREITAS, Charles de. **Comentários sobre a fundação de Itapira.** Jornal Tribuna de Itapira**.** 22/03/ 1998a.
_____**Migrantes e imigrantes de Itapira.** Jornal Tribuna de Itapira. 05/04/1998b.
_____**Passado bem controverso.** Jornal Tribuna de Itapira. 23\10\2005
MANDATO, Jácomo. **Relíquias da Terra Natal**. Itapira: Editora Grupo da Pedra, 1959.
_____**Algumas Informações sobre Itapira em 1916**. Itapira: Gráfica Cidade de Itapira, 1976.
_____**Brava Gente Italiana.** Itapira: Editora Linhasgerais, Itapira, 1995.
_____ **História Ilustrada de Itapira**. Itapira: Editora Linhasgerais, 1996.
_____ **Brava Gente Italiana**. Itapira: Editora Linhasgerais, 2000.
_____ **O Papa Verde-Amarelo: História da Igreja Católica Brasileira, fundada em Itapira em 1913**. Itapira: Graphicall Editora,1999.
_____**Os Poderes Legislativo e Executivo em Itapira desde 1858**. Jornal Tribuna de Itapira 22/10/2001a.
_____**Joaquim Firmino: O Mártir da Abolição**. Graphicall Editora, Itapira, 2001b.
_____**A escravidão em Itapira**. Itapira: ArtExpressa, 2015.
MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo, Hucitec, 1991.
PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, Coleção
Folha de São Paulo, São Paulo, 2000.
PRADO, Ediano Dionisio do. **"Vila Ilze": o viver fragmentado do "bóia-fria" – um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores volantes de Itapira**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.
RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.